

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO  
BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS**

**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
30/07/2013**

**PRODUTO 1: DIAGNÓSTICO  
“CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE  
CRÍTICA DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO”**

**Campinas, 14 de agosto de 2013.**

## **SUMÁRIO**

**Resumo Estatístico da Participação Social na Audiência Pública**

**Ata da 1ª Audiência Pública**

**Lista de Presença**

**Manifestações e respostas referentes ao Diagnóstico do PMSB:**

**Enviadas antes da Audiência Pública  
Ferramenta de Controle Social**

**Escritas (Filipetas)  
Ferramenta de Controle Social**

**Orais  
Ferramenta de Controle Social**

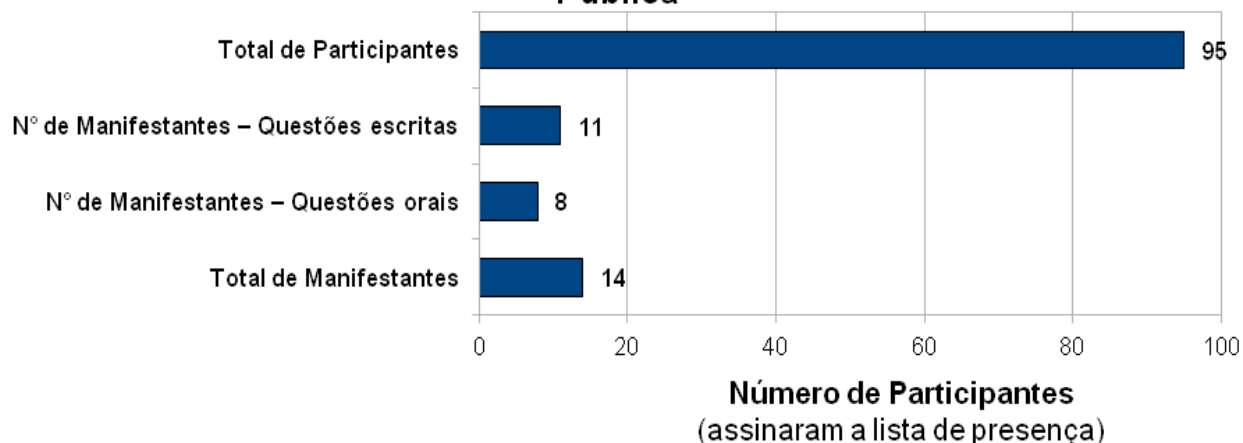
**Enviadas após a Audiência Pública  
Ferramenta de Controle Social**

***Links* para os vídeos da 1ª Audiência Pública**

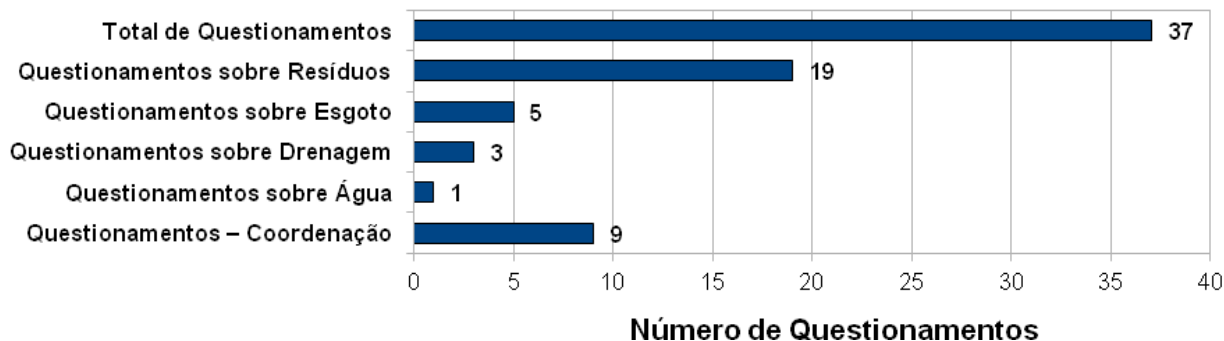
## RESUMO ESTATÍSTICO

### PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO DO PMSB DE CAMPINAS

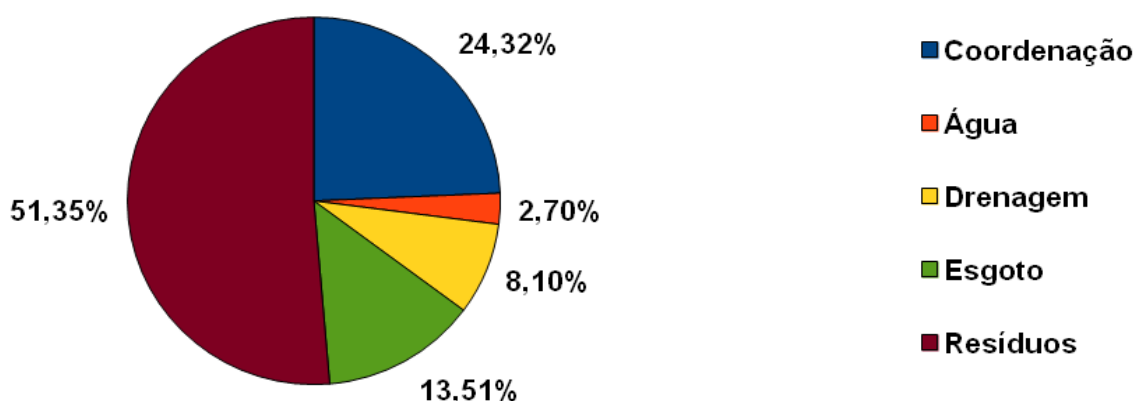
**Gráfico 1: Resumo das Participações na 1ª Audiência Pública**



**Gráfico 2: Resumo dos Questionamentos Realizados na 1ª Audiência Pública**



**Gráfico 3: Divisão dos Questionamentos realizados na 1ª Audiência Pública**



**ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA A DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO  
DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Aos trinta dias do mês de julho de 2.013, com início às 18h50min, nas dependências do Salão Vermelho, do Paço Municipal, sito na Av. Anchieta, 200, Centro, Campinas/SP, realizou-se a 1ª Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico. O Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (SVDS), Rogério Menezes, iniciou os trabalhos convidando para compor a mesa o Promotor de Justiça, Dr. Rodrigo Sanches Garcia, a Diretora da SVDS, Dra. Andréa Struchel, e o Diretor da SANASA, Dr. Marco Antonio Santos.

O Secretário Rogério relatou que o Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico foi criado por ato do Prefeito Jonas Donizette, através da Portaria nº 80084/13, e ressaltou o esforço conjunto empreendido pelos técnicos das mais variadas pastas que compõem o grupo de trabalho. O Secretário Rogério disse que, de acordo com a Legislação Federal, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve estar concluído até o final de 2013, sob pena de o município ficar impedido de obter recursos financeiros federais. O Plano trata de uma perspectiva para os próximos 20 anos e contemplará a coleta de esgoto, questões relativas à drenagem, plano de resíduos sólidos e ainda captação e produção de água potável. O Dr. Rodrigo, com a palavra, reforçou a fala do Secretário, afirmando que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico é uma exigência da Lei Federal para disponibilizar verbas federais aos municípios. Ressaltou que espera que sejam contempladas as metas para a concretização do disposto no Plano. Dr. Marco disse que é de fundamental importância a realização desses trabalhos que trata de elaborar um diagnóstico que irá permitir a elaboração do planejamento dos trabalhos do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Em seguida, o Secretário Rogério passou a condução dos trabalhos para a Dra. Andréa Struchel, Diretora da SVDS e Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ. Esta ressaltou a importância da 1ª Audiência Pública e nomeou o funcionário da SVDS, Dr. Marcos Boni, para compor a mesa e redigir a Ata. Em seguida, ela leu o comunicado do gabinete do Secretário da SVDS que contempla o regulamento desta Audiência Pública. Destacou que o estudo técnico que baseia a proposta do Plano Municipal de Saneamento Básico se encontra no *site* da SVDS. Em seguida, deu início à primeira parte da Audiência, e então convidou a Eng<sup>a</sup> Sylvia Teixeira, da SVDS, para compor a mesa, na condição de coordenadora técnica, o representante da Sanasa, Eng<sup>o</sup> Gustavo Prado, o Eng<sup>o</sup> Fernando Carbonari, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP) e, também, a representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Eng<sup>a</sup> Telma Vicentini.

A Eng<sup>a</sup> Sylvia teve a palavra e fez uma apresentação sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Ela ainda ressaltou que os trabalhos foram feitos por grupos de técnicos de várias Secretarias da Prefeitura de Campinas e da SANASA. O Projeto de Lei será o resultado da conclusão dos trabalhos do grupo, os quais só foram iniciados em fevereiro, pois foram prejudicados

pelo processo eleitoral de 2012. Ela acredita que, no final de novembro, o Projeto de Lei será enviado à Câmara Municipal. Por fim, foi apresentada uma síntese do diagnóstico ambiental de Campinas. Concluída a exposição da Eng<sup>a</sup> Sylvia, a palavra foi dada ao representante da SANASA, Eng<sup>o</sup> Gustavo Prado, que iniciou sua apresentação com um vídeo institucional sobre a SANASA. Destacou as metas da SANASA e que as captações de água se dão nos rios Atibaia e Capivari. Deu importância para o programa de combate às perdas de água, iniciado em 1994. Também destacou o fato de que, atualmente, Campinas tem 88% de esgoto tratado e até 2016 serão 100%. Ao final, A Dra. Andréa, com a palavra, informou que os interessados em fazer perguntas deviam registrá-las nas fichas que foram disponibilizadas na entrada e também distribuídas durante a apresentação da Eng<sup>a</sup> Sylvia. Na sequência tomou a palavra o Eng<sup>o</sup> Fernando Carbonari, apresentando o tema de Resíduos Sólidos. Ele destacou o compromisso do Secretário da SMSP, Ernesto Dimas Paulella, em planejar e traçar metas para obter êxito no plano de coleta e destino correto dos resíduos sólidos. Destacou que, do total dos resíduos produzidos anualmente nas residências, apenas 3% tem sido corretamente destinada para a reciclagem. Ao final, o Eng<sup>o</sup> Fernando, destacou os desafios na gestão dos resíduos sólidos em Campinas. Após, a Eng<sup>a</sup> Telma iniciou sua apresentação abordando a questão da Drenagem. Ela iniciou definindo as características da micro e macrodrenagem e diagnosticou os pontos críticos de alagamento e inundação. Ao final, a Eng<sup>a</sup> Telma, concluiu com os desafios no manejo das águas pluviais em Campinas.

Encerradas as apresentações técnicas, a Dra. Andréa Struchel, Presidente da Mesa, iniciou a oitiva dos presentes e passou a tratar das perguntas escritas enviadas à mesa. O Conselheiro do COMDEMA, Sr. Hugo, perguntou como está sendo encaminhado o assunto sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira. O Dr. Marco, da SANASA, respondeu que foram feitas discussões públicas e em um seminário, em Águas de São Pedro. Informou ainda que o Governador Alckmin anunciou verbas para a construção de dois reservatórios, sendo o do município de Pedreira, o mais importante para Campinas. Informou que no dia 7 de agosto haverá uma reunião em Brasília com a ANAMMA. O Conselheiro do COMDEMA, Sr. Furtado, indagou se ainda há áreas contaminadas não identificadas, excluindo os postos de combustíveis, e como é possível dar o diagnóstico como encerrado com esta falta. A Eng<sup>a</sup> Sylvia respondeu que o plano é dinâmico e será revisado periodicamente. A divulgação das áreas contaminadas é de competência da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, mas o município pode tentar se antecipar, cadastrando áreas suspeitas de contaminação, preventivamente. O promotor Dr. Rodrigo fez duas perguntas: 1<sup>a</sup>) Como fica o controle da poluição difusa nas águas pluviais? O palestrante Gustavo respondeu que a SANASA controla para que o esgoto não seja lançado na rede de águas pluviais, e que busca impedir que as águas pluviais sejam lançadas na rede de esgoto. 2<sup>a</sup>) Inserção de revisões inferior a 4 anos não seria mais adequada? Comentou que deveria ser considerada a necessidade de correções pontuais e a inserção de verba orçamentária para essas correções na lei orçamentária. A Eng<sup>a</sup> Sylvia disse que os trabalhos preveem a adoção de indicadores para acompanhar a implementação do aludido plano. Caso haja a constatação de algum

valor inadequado, a revisão poderá ser antecipada. O Conselheiro Furtado perguntou se será dada oportunidade de participação de representantes da sociedade civil no grupo de trabalho do prognóstico, ou se será a “portas fechadas”. Foi respondido que, desde o início dos trabalhos, por meio de comunicado aos conselhos, a população foi convidada a participar e que as portas continuam abertas. As reuniões técnicas são realizadas pelo grupo de trabalho, para elaborar uma proposta que será discutida com a sociedade que já tenha tido uma leitura técnica. O Sr. Augusto César Gandolf falou que embora não faça parte do diagnóstico, é sugestão do Tribunal de Contas do Estado fazer licitação por período de 20 anos. Isto se confirma? Caso sim, foi contestado? O Engº Fernando respondeu que haverá sim a licitação por 20 anos mas, atualmente, houve a imperiosa necessidade do contrato ser prorrogado por um ano.

O Dr. Rodrigo Sanches perguntou: Como será realizada a Educação Ambiental para coparticipação da população? Em seguida, Dr. Rodrigo indagou: Como será ensinado à população dispor adequadamente os resíduos? E, por que não há divulgação adequada dos locais dos Ecopontos? O Engº Fernando concordou que se trata de um grande desafio, e que o grupo de trabalho, junto com a Secretaria Municipal de Educação, deve promover essa educação de forma eficiente. Quanto à divulgação dos Ecopontos, o Engº Fernando afirmou que levará essa reclamação e sugestão para o Secretário da SMSP Ernesto D. Paulella. O Sr. Sidney Roberto Morelli perguntou: Os resíduos sólidos coletados nos órgãos públicos são separados em recicláveis e não recicláveis? Há esse tipo de Educação Ambiental? Os recicláveis são destinados às cooperativas? Se não, por quê? O Engº Fernando respondeu que o cidadão não utiliza o local disposto para a coleta seletiva de forma correta. Estão previstas só duas audiências? Não há interesse em se fazer uma prévia do andamento dos trabalhos? A Engª Sylvia disse que pretende divulgar o prognóstico assim que for concluído, permitindo que a sociedade tenha mais tempo para se posicionar. Ainda deixou claro que a comunidade pode vir falar com o grupo sem esperar as audiências. O Sr. Sidney comentou que estão desmatando a APA de Campinas e equalizando “o verde” com a região sudeste. A Engª Sylvia disse que o trabalho da SVDS é de aumentar todas as áreas verdes e que o Plano Municipal de Saneamento Básico é mais uma ferramenta para permitir isso.

O Sr. Filipe comentou e indagou que existe uma tese de doutorado defendida no Instituto de Química da UNICAMP que aponta a presença de hormônios em quantidade exacerbadamente maior que o recomendado, bem como outras substâncias na água em diversos pontos do município. 88% do esgoto é tratado, mas qual a eficiência deste tratamento? Quem controla a veracidade destes dados? Por que este fator eficiência não consta do diagnóstico? O Diretor Marco Antonio respondeu que o problema dos hormônios é um problema mundial. Comentou a visita de técnicos à Holanda onde há a mesma preocupação. A SANASA está preocupada com a situação e, em parceria com a UNICAMP, está fazendo a utilização de ozônio para a desinfecção da água. Se os estudos tiverem êxito, a SANASA será pioneira em utilizar esse sistema no Brasil. A eficiência do tratamento da água é controlado pela CETESB, uma vez por mês.

O Sr. Luis Antônio Iaia perguntou: Como punir os desobedientes que jogam dejetos em geral e entulhos da construção civil pelas esquinas da cidade. Os entulhos

referem-se a porções menores que o volume de 1/2 caçamba descartados pela população. Como vamos multar os infratores sendo que 50%, ou mais, são pobres? O Engº Fernando disse que há um Decreto, em fase final de tramitação na Prefeitura, que contempla a punição para os infratores. Disse que o gerador de resíduos deve ser obrigado a dar o destino correto e que, ao aprovar um empreendimento na Prefeitura, deve apresentar o local correto do descarte. A questão do pequeno gerador de resíduo é problemática também. Campinas tem 9 Ecopontos, que precisam ser aumentados. O Sr. Ari Fernandes questionou: Por que estão previstas duas ETEs - Bananal e Monte Belo - em áreas próximas e de baixa densidade demográfica? O Engº Gustavo disse que ainda serão feitos estudos para ver a real viabilidade da construção das duas estações de tratamento. Sra. Emília Wanda Rutkowisk indagou: Qual o papel das 13 cooperativas de catadores de materiais recicláveis no manejo dos resíduos sólidos de Campinas? O Engº Fernando respondeu que a SMSP está tentando mudar a estrutura de funcionamento das cooperativas e que a sazonalidade do mercado interfere na coleta e revenda. A Sra. Emília perguntou também: Por que elas não foram mencionadas no presente diagnóstico? O Engº Fernando respondeu que pretende melhorar essa deficiência e que irá rever o diagnóstico. A Sra. Emília ressaltou que só o manejo de resíduos sólidos não foi apresentado de forma espacializada: Não consideraram esta situação um entrave para avaliação do saneamento no território campineiro? Engª Sylvia e o Engº Fernando responderam que na data de hoje foi apresentado um resumo, e que esta pergunta serve de referência para melhorar os trabalhos iniciados com os dados atualmente disponíveis, mas que existe espacialização sim. Sylvia falou que o Plano Municipal serve justamente para preencher essas lacunas. O Sr. Alexandre A. Ceccon perguntou: Por que não se fala como meta a proposição da coleta seletiva para os próximos 20 anos, através das cooperativas? Comentou que, em mais de 20 anos de taxa de lixo, nenhuma parte desse recurso foi destinado às cooperativas existentes que destinam mais de 450t/mês de resíduos urbanos. Também perguntou: Onde entra a coleta seletiva com a participação das cooperativas? O Engº Fernando disse que isso é uma meta da SMSP. O Sr. Reginaldo Miranda manifestou que para melhorar as 14 cooperativas é necessário infraestrutura (galpões, equipamentos), uma conscientização da população e do Poder Público. Que eles têm que ser contratados com dispensa de licitação e que tudo deve ser planejado para agir junto com os catadores, porque faz a diferença, aceitem ou não. Assim, a situação não vai mudar. O Engº Fernando disse que isso está na meta da SMSP, na próxima fase dos trabalhos, sendo que não dá para responder agora. No diagnóstico foram postas de forma sintética, e se for preciso poderá ser mais minucioso.

Após, a Dra. Andrea abriu a palavra aos presentes para perguntas orais: O Sr. Sidney perguntou sobre as datas. O plano tem que estar pronto até dezembro? O Plano Municipal de Resíduos Sólidos vai ter nova discussão, já que ele está incluído nesse Plano de Saneamento, e não foi concluído? Será feita uma revisão no plano de resíduos? O Engº Fernando disse que o Secretário Paulella se comprometeu em fazer uma revisão do estudo do ano passado, a qual será feita nesse Plano de Saneamento. O Dr. Rodrigo questionou sobre a poluição difusa que ocorre com as águas das chuvas e são lançadas diretamente nos corpos hídricos. O que fazer para impedir essa

contaminação? Disse que a revisão a cada 4 anos é muito longa, e é preciso previsão orçamentária. Na questão da educação ambiental, falou sobre sua preocupação em como os adultos serão educados para cumprirem as normas para disposição do lixo corretamente. Falou, também, que a divulgação dos Ecopontos tem que ser de fácil acesso no *site* da Prefeitura. Sobre as cooperativas, perguntou se a composição gravimétrica está adequada às localizações das cooperativas? O Engº Fernando respondeu que a localização das cooperativas dentro do município de Campinas não obedeceu estes critérios, por se tratar de um processo dinâmico e sujeito à sazonalidade. O Sr. Ari Fernandes criticou a falta de espacialização do Plano Diretor da cidade. Pediu um compromisso com o georreferenciamento das nascentes como condição para o Plano de Drenagem. O Conselheiro do COMDEMA, Sr. Carlos Alexandre, perguntou se a SANASA tem o controle de esgoto hospitalar e se há controle nas ETEs? O Engº Rovério, gerente da SANASA, respondeu que a empresa tem rotina de análise das redes coletoras, antes e depois das ETEs. Afirmou que a SANASA faz tratamento eficiente da água e que tem se preocupado em melhorar a eficiência das ETEs, já que o número de Estações foi reduzido de 2001 para cá. Ressaltou que a SANASA se preocupa com a região metropolitana e não só com a cidade de Campinas, lançando água mais limpa para os municípios à jusante. O Conselheiro do COMDEMA, Carlos Alexandre, também perguntou quais as alternativas locais, caso o Aterro Delta B seja indeferido pelo Quarto Comando Aéreo Regional – IV COMAR? O Engº Fernando disse que, em reunião com o comando do IV COMAR, verificou-se a existência de dúvidas sobre o tema, e nesse mês de agosto a SMSP fará uma consulta formal ao COMAR. Se for positivo, será feito um novo Estudo de Impacto Ambiental. Se o COMAR der parecer negativo, a parceria público-privada terá que comprar uma área que atenda a política apresentada pela SMSP. O conselheiro também questionou a ausência dos TACs do passivo ambiental do Delta A no documento. Segundo o Engº Fernando, com relação aos passivos ambientais, foram citados os casos do lixão da Pirelli, o Aterro Delta A, e o lixão do Parque Santa Bárbara. No “Pirelli”, a situação é mais crítica e será feita uma licitação para tratar da contaminação do local. No fim do ano foi feito um estudo de análise de risco. No Aterro Santa Bárbara, a recomendação da CETESB foi para a realização de medição de gases, a qual está sendo feita. Quando o Delta se encerrar será feito o monitoramento total da área. O Sr. Carlos Alexandre ainda indagou sobre a questão dos inertes na parceria público-privado, se vai ser integrada ao contrato ou será tratada a parte. O Engº Fernando disse que serão tratados de forma separada. O Sr. Carlos Alexandre também perguntou quais as deficiências do contrato de resíduos sólidos vigente e finalizou com um comentário que, em São Paulo, foram criados cinco grupos de trabalhos para debater a proposta final do diagnóstico. Por que não fazer o mesmo aqui? Sra. Graciela se apresentou como moradora da Bacia do Ribeirão Anhumas e comenta sobre a enchente de 2003, dizendo que foram solicitados vários estudos naquela época. Expõe que é necessária linguagem didática para a participação popular. Diz, também, sobre a dificuldade em se fazer ações nas escolas. Falou que encaminhará propostas. O Sr. Gandolf questiona o problema dos efluentes de Viracopos e sobre o descarte de produtos perigosos. O Engº Gustavo respondeu que a SANASA irá fazer a ETE do Aeroporto de Viracopos e o custo será



cobrado do Aeroporto. Informou que foi assinado um protocolo de intenções entre o Aeroporto e a Sanasa, usando águas de reúso para várias atividades. O Sr. Gandolfo comentou sobre a mistura do material coletado e também perguntou: Qual o “Plano C” no caso da não aprovação do Aterro Delta B? Seria o Estre de Paulínia? O Conselheiro do COMDEMA, Sr. Tiago Lira, perguntou quais os mecanismos ou medidas de controle que a SANASA tem para evitar se utilizar os rios como transporte de esgoto para as estações de tratamento de Água? Questionou sobre pontos de rompimento de rede de esgoto (Jd. Vovô) e poluição dos corpos d'águas. Perguntou quantos Termos de Ajustamento de Conduta a SANASA tem e se a SANASA pretende fazer um relatório da contabilidade ambiental. O Engº Gustavo respondeu que a SANASA está buscando evitar a contaminação dos recursos hídricos. Quanto à questão do esgoto no Jardim do Vovô, deve ser pontual. O gerente da SANASA, Engº Rovério, disse que existem 280 núcleos residências em APPs e não se pode simplesmente tirar essa população do local.

Às 22h05min, a Dra. Andréa Struchel encerrou os trabalhos, deixando claro que até sexta feira, dia 2 de agosto, a SVDS irá receber questionamentos e os responderá em até 15 dias. Esta Ata foi redigida pelo Sr. Marcos Roberto Boni.

**Campinas, 14 de agosto de 2013.**

Rogério Menezes

Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável – SVDS

Andréa Cristina Oliveira Struchel

Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ

\*AUTORIDADE

# AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |      |   |
|----|------|---|
| 1  | NOME | Rodrigo Santos Souza                            |
| 2  | NOME | Leandro Padoja Junior                           |
| 3  | NOME | Andressa Studer                                 |
| 4  | NOME | Família Mendes                                  |
| 5  | NOME | Rogério Bezerra da Silva                        |
| 6  | NOME | dia@gmail.com<br>CARLOS ALEXANDRE SOUSA         |
| 7  | NOME | JULIA DAZZI POL                                 |
| 8  | NOME | Gov. BR<br>Vanderleia Guedes                    |
| 9  | NOME | Prof. Campos                                    |
| 10 | NOME | MASS.SP. Gov. BR / Prof. Campos 20 @ Gntil. Com |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
LISTA DE PRESENÇA  
30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

|    |  |
|----|--|
| 1  | NOME<br>Adriana A.R.V. Eisenberg                                   |
| 2  | NOME<br>Luís Filipe Rorrigues<br>ro.com.br                         |
| 3  | NOME<br>Dina Calael Celeni<br>br                                   |
| 4  | NOME<br>Martha Mattosinho<br>com                                   |
| 5  | NOME<br>Angela do Socorro  |
| 6  | NOME<br>Caroline Almeida<br>sanasa.com.br                          |
| 7  | NOME<br>Maurício Gualdino Maia<br>Purificação de pur.              |
| 8  | NOME<br>Milton e O Santos  |
| 9  | NOME<br>Tiago Fernandes de Lira<br>mail.com / tiago-lira@ig.com.br |
| 10 | NOME<br>Phillip de Souza Cordeiro<br>nos.se.por.br                 |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

3/10

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |   |
|----|---|
| 1  | NOME<br>Renato Rosetto<br>un.br                             |
| 2  | NOME<br>SEBASTIÃO TORRES<br>un.br                           |
| 3  | NOME<br>P. Patel<br>un.br                                   |
| 4  | NOME<br>Alexandre Augusto Ceccon<br>un.br                   |
| 5  | NOME<br>Aran AUGUSTO CECCON<br>un.br                        |
| 6  | NOME<br>Ana Vicente Fernandes<br>hotmail.com                |
| 7  | NOME<br>SILVIA G. WERBAIT DADOS SAUDES                      |
| 8  | NOME<br>JOSÉ LUIZ MULLER<br>ITIBA@GMAIL.COM                 |
| 9  | NOME<br>CAIO MARTINS<br>com                                 |
| 10 | NOME<br>GERARDO RIBEIRO DE ANDRADE NUNES<br>nunes.sp.gov.br |

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |  |
|----|--|
| 1  | NOME<br>Andréa Wanda Potkowski             |
| 2  | NOME<br>MAYARA VOLAND COSTA                |
| 3  | NOME<br>Carla Guiana Jelfz                 |
| 4  | NOME<br>Gustavo Rodrigues Maia             |
| 5  | NOME<br>JAMIL MYREIS                       |
| 6  | NOME<br>WILLERNE T.M.P. DE LIMA            |
| 7  | NOME<br>Daniel Pimenta de Oliveira Azevedo |
| 8  | NOME<br>Delquiana Nogueira de Oliveira     |
| 9  | NOME<br>Luis A. Lira                       |
| 10 | NOME<br>Roberto Santos                     |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

4/10

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |      |                                |
|----|------|--------------------------------|
| 1  | NOME | MARCIO LAMAS                   |
| 2  | NOME | Revista Residência em o com.br |
| 3  | NOME | FERNANDO GONCALVES DE MARIANO  |
| 4  | NOME | CAMPINAS.SP.GOV.BR             |
| 5  | NOME | PATRICIA BARBOSA               |
| 6  | NOME | ADINAS.SP.GOV.BR               |
| 7  | NOME | Adalberto de Souza Lamas       |
| 8  | NOME | VITOR RAFAEL DE ASSUNÇÃO       |
| 9  | NOME | R.GOV.BR                       |
| 10 | NOME | Augusto César Gandolfi         |
|    | NOME | com.br                         |
|    | NOME | Angela Cruz Guirao             |
|    | NOME | Cezar Capade                   |
|    | NOME | le e Campinas.SP.GOV.BR        |
|    | NOME | Maria Amélia F. Castro         |
|    | NOME | il.com                         |
|    | NOME | Maria Eugenia Agabone          |
|    | NOME | maul.com                       |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |      |                                  |
|----|------|----------------------------------|
| 1  | NOME | Francisco José Segnini           |
| 2  | NOME | ANTONIO BENEDITO WIZ DE ARAUJO   |
| 3  | NOME | Doner N. de Oliveira             |
| 4  | NOME | Marcos Boni                      |
| 5  | NOME | Gabriella Mazzetti               |
| 6  | NOME | Lindenberg C. Domasceno          |
| 7  | NOME | Sidney Roberto Morelli           |
| 8  | NOME | Paulo R. Egidio de Carvalho Neto |
| 9  | NOME | Fernando Carlos de Azevedo       |
| 10 | NOME | Fernando Carlos de Azevedo       |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |   |
|----|---|
| 1  | NOME<br>FREDERICO RODRIGUES<br>com                |
| 2  | NOME<br>MARIA CELESTINA                           |
| 3  | NOME<br>com<br>Miracy A. da Divina Cardoso<br>com |
| 4  | NOME<br>AUGUSTO EDSON J. TELLES                   |
| 5  | NOME<br>Isabel S Barbosa                          |
| 6  | NOME<br>Ginaílson<br>Telma Luciana<br>sp.gov.br   |
| 7  | NOME<br>Dora Cabral                               |
| 8  | NOME<br>William Luis Martin.<br>ambiental.com.br  |
| 9  | NOME<br>Walquiria Sonati                          |
| 10 | NOME<br>VINÍCIUS MENEGALE<br>R. R. 500, RR-1      |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública



# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

8/10

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

|      |                         |
|------|-------------------------|
| NOME | marcê loui Adami        |
| NOME | TERNANDO VAZ Pupo       |
| NOME | Mara Baneto marte       |
| NOME | TA@Gmail.com            |
| NOME | Reginaldo marda Almeida |
| NOME | MARCOS RZ FREITAS       |
| NOME | Citade de Lima          |
| NOME |                         |
| NOME | faizor V. dos           |
| NOME | Claiton Bueup makers    |
| NOME | Antonio Carlos Adiele   |
| NOME | com.br                  |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |  |
|----|--|
| 1  | NOME<br>MARLON Antonio dos Santos<br>m.r         |
| 2  | NOME<br>SIDNEY CURZIO<br>s.c                     |
| 3  | NOME<br>GUSTAVO ARTHUR M. PRADO<br>com.br        |
| 4  | NOME<br>IVAN DE CARLOS<br>m.r                    |
| 5  | NOME<br>FABIO G. PEDRO<br>f.g.p                  |
| 6  | NOME<br>LEO SAMARA LOPES<br>m.r                  |
| 7  | NOME<br>MARCELLO DE FREITAS<br>m.f               |
| 8  | NOME<br>Luisson Cristina M. J. de Camargo<br>l.c |
| 9  | NOME<br>Danie Sando de Carvalho<br>d.s           |
| 10 | NOME<br>RICARDO SIMÃO AMON<br>r.a                |
|    | NOME<br>Henato de Camargo Barros<br>h.c          |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones e e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

9/10

# I AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## LISTA DE PRESENÇA

30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|    |      |                          |
|----|------|--------------------------|
| 1  | NOME | Paula A. Lopes de Angeli |
| 2  | NOME | Flávia R.S. Chaves       |
| 3  | NOME | Jose M. Fortado          |
| 4  | NOME | Janete Navano            |
| 5  | NOME | Isie Emi Sakuma Kawabuko |
| 6  | NOME | Alethea Borsari Perara   |
| 7  | NOME |                          |
| 8  | NOME |                          |
| 9  | NOME |                          |
| 10 | NOME |                          |

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a privacidade dos participantes, optou-se pela não publicação dos **telefones** e **e-mails** dos participantes da referida Audiência Pública

Considerando a urgência para a confecção do PMGIRSC, cuja data limite imposta pela Política Nacional de Resíduo Sólidos, Lei 12.305/2010, e pelo Decreto 7404/2010, termina no dia 02/08/2012;

Considerando que os reiterados apelos ao Executivo Municipal para que a participação da Sociedade nestes trabalhos fosse aceita e estimulada, não foram acolhidos;

Considerando que é função deste Conselho Municipal de Meio Ambiente e de sua Comissão de Resíduos Sólidos participar do processo de construção de políticas públicas;

Considerando a situação limite em que se encontra o aterro sanitário Delta A e a emergência em se buscar uma solução de melhor custo-benefício para o Município;

Considerando a importância de Campinas na Região Metropolitana e as facilidades definidas na Lei Federal para financiamento de municípios consorciados;

Considerando que a incineração é um processo que destrói irreversivelmente a matéria tornando-a inutilizável para qualquer outro fim, que não seja o depósito em aterro;

Considerando o conceito de resíduo como recurso ambiental, social, e econômico, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania;

Considerando que o PMGIRS visa estabelecer um Plano de longo termo para o Município, uma **política de Estado**, e não o desejo particular do governo que estiver em exercício;

O COMDEMA vem encaminhar as propostas que se seguem para a confecção e inclusão no PMGIRS. Desde já solicita-se que cada item seja comentado em sua natureza e pertinência e caso não seja aceita sua inclusão no documento, que sejam justificadas as causas.

A. Quanto ao processo de confecção do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

1. Que seja implantado de imediato um canal de comunicação efetivo com a sociedade que assegure os direitos definidos na Lei 12.305/2010, em especial no que diz seu Art. 14º, parágrafo único, aqui copiado (negrito do autor): “É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, **bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização**, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.”

A publicação “Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação”, do Ministério do Meio Ambiente e ICLEI-Brasil, 2012, acrescenta ainda (negritos do próprio Manual) no seu item 1.1 Mobilização e Participação Social:

“Dentre as modalidades de participação e controle social destacam-se as audiências públicas, consultas, participação em conferências, grupos de trabalho, comitês, conselhos, seminários ou outro meio que possibilite a expressão e debate de opiniões individuais ou coletivas.

O **poder público deve assumir papel orientador e provocador** desse diálogo com a sociedade, por intermédio das diferentes formas de participação social citadas. As reuniões deverão ser preparadas, organizadas e convocadas pelos agentes públicos com a ajuda e participação dos representantes da comunidade. Tanto para o desenvolvimento dos planos estaduais, como dos planos municipais e intermunicipais, o poder público deve ser o responsável por manter vivo o interesse dos participantes, e por garantir a estrutura física e equipes necessárias para bem atender às necessidades de todo o processo de mobilização e participação social.”

...

“**A divulgação dos dados sobre os resíduos** é também fator de mobilização e controle da

sociedade sobre os serviços públicos. Quando todos têm acesso às informações sobre o assunto, sentem-se estimulados a participar, opinar. **Incentivar a criação de Conselhos Municipais** e fortalecer os existentes ajudará a pautar a questão dos resíduos sólidos e a Política Nacional.”

## B. Quanto a Educação para a Sustentabilidade

A educação para a sustentabilidade envolve processos de informação, formação e sensibilização dos munícipes e dos múltiplos interlocutores visando a promoção e o fortalecimento de atitudes inovadoras, de condutas e procedimentos que estabeleçam uma cultura ética de equilíbrio entre os interesses sociais, ambientais e econômicos.

Os processos educativos para serem procedentes devem se apoiar no compromisso e na transparência do poder público na implantação de uma Política de longo termo para os resíduos que estabeleça um Plano de Ações e Metas a serem seguidas pelos Governos eleitos.

A Educação, de caráter multidisciplinar, deve estar presente em todas as etapas e processos da Gestão municipal dos resíduos e prevista no PMGIRS, por ser um dos elementos chave de mudança cultural atuando na promoção de novos padrões de comportamento, de consumo e de produção em bases sustentáveis.

## C. Quanto ao conteúdo do referido Plano:

1. Estabelecer metas quantitativas/temporais para cada uma das ações previstas no documento, tomando como referência os números de um determinado ano referência;
2. Estabelecer as metas para períodos consecutivos de não mais que 05 anos;
3. Estabelecer meta de curto prazo para implantação de um nova área para destinação final dos resíduos, que substitua o aterro Delta A, já esgotado;
4. Determinar metas para o estabelecimento de Acordos Setoriais e/ou Termos de Compromisso com grandes geradores de resíduos, que defina as respectivas responsabilidades de cada agente;
5. Ressaltar que a administração municipal tem como responsabilidade o manejo direto dos resíduos domiciliares e provenientes da limpeza urbana. Se por acordo setorial, termo de compromisso ou mesmo liberalidade, o município encarregar-se de atividades que não lhe são pertinentes, elas deverão ser devidamente remuneradas;
6. Ressaltar o entendimento do caráter não excludente dos processos de tratamento e metodologias de disposição final que podem ser compostos por diversos processos distintos e serem adotados isoladamente ou de forma combinada.

Definir como opção de menor prioridade para o tratamento e reaproveitamento dos resíduos a incineração;

7. Definir fontes de financiamento, parcerias, subsídios, multas, entre outras possíveis formas de dar suporte financeiro às ações demandadas no PMGIRS;
8. Estabelecer metas de aparelhamento do Município para que esteja preparado para garantir o cumprimento da Lei através de mecanismos de controle e fiscalização;
9. Estabelecer que o Orçamento Municipal defina fontes financeiras para o desenvolvimento e implantação de uma Política Municipal Integrada de Resíduos Sólidos, assim como prever fomento em fundos federais, estaduais e municipais para sua execução e fortalecimento;
10. Definir metas e meios que garantam o processo contínuo de educação ambiental e disseminação das informações para todos os cidadãos, envolvendo transversalmente os demais órgãos da administração envolvidos com o tema, como: Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Renda, entre outras;
11. Estabelecer ações de sensibilização da população quanto à pirâmide invertida: redução do consumo, reuso, reciclagem, tratamento, disposição em aterro;
12. Criar instrumentos que viabilizem a correta segregação do material na fonte geradora através da ampla divulgação de programas, do estabelecimento de incentivos fiscais e multas, e da

sensibilização e conscientização da população;

13. Priorizar a operacionalização dos resíduos de forma descentralizada, regionalizada, possibilitando a infraestrutura necessária para a inclusão social e consolidação da atividade econômica;
  14. Valorizar iniciativas locais, regionais, mesmo que isoladas, que induzam a participação dos municípios na destinação de seus resíduos;
  15. Estabelecer metas para implantação de coleta seletiva em todo o território do Município, para que sejam coletados e destinados conforme definido na PNRS, com garantia de serviço regular, contínuo e universal;
  16. Propor introdução na legislação municipal do princípio do poluidor-pagador, e da responsabilidade compartilhada, com base nos quais seriam:
    - Definidos os volumes de rejeitos acima dos quais o gerador paga ao Município pela coleta ou contrata empresa especializada que o faça. Esta receita seria destinada a um fundo integralmente destinado à gestão e às ações propostas no PMGIRS;
    - Criada a Taxa de Deposição de material no aterro sanitário, como forma de induzir a redução do consumo e volume de material descartado
  17. Viabilizar meios de transferência de recursos dos poluidores pagadores para os “protetores-recebedores” na forma de prestação de serviços de natureza social, ambiental ou econômica;
  18. Estabelecer metas para a implantação e aprimoramento da logística reversa das cadeias já definidas no Plano Nac. de Res. Sólidos, deixando claro o papel do Poder Municipal, qual seja o de induzir e facilitar a formação da cadeia local, desonerando-o de qualquer responsabilidade pela coleta, transporte ou disposição final destes produtos;
  19. Definir metas para a participação efetiva das empresas grande geradoras de embalagens em material reciclável, nas ações de apoio à cadeia da reciclagem (apoio às cooperativas);
  20. Estabelecer metas de apoio à criação e incubação de cooperativas de recicladores. Garantir assessoria técnica e gerencial duradoura. Promover e favorecer o associativismo e cooperativismo, bem como ter por objetivo a participação direta e competitiva destas no mercado formal da cadeia de reciclagem;
  21. Definir como meta de curto prazo o banimento da destinação de resíduos orgânicos de poda e grama para aterros (hoje a coleta de lixo comum retira sacos contendo grama que vão para o aterro);
  22. Estabelecer metas para o tratamento por compostagem do material resultante de poda e seu uso como adubo, ou no aproveitamento energético via digestão anaeróbia. Implantar programa que garanta o reaproveitamento da madeira de poda;
  23. Estabelecer metas para a redução do volume de resíduos orgânicos destinados a aterro, atingindo o total banimento em 20 anos. Implantar política de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos orgânicos;
  24. Implantar a separação residencial em três tipos de resíduos: recicláveis (secos), orgânicos (úmidos) e rejeitos. Incentivar e instruir a população quanto à tipologia e separação entre orgânicos e rejeitos, que possibilite a total recuperação dos orgânicos e apenas destine ao aterro os rejeitos;
  25. Estabelecer metas para implantação de programas de incentivo ao reaproveitamento e reciclagem local da matéria orgânica através da fabricação de geléias, doces, uso de minhocários, composteiras, biodigestores, entre outros processos que reduzam a destinação de orgânicos para o aterro;
  26. Definir meios para a publicidade e transparência de toda a gestão da cadeia de resíduos sólidos, de forma a garantir a geração de dados, estudos e informações relevantes e confiáveis, que estejam facilitadas ao acesso público em linguagem acessível aos diferentes segmentos.
- Estabelecer metas para a apresentação periódica destes dados em audiências públicas, apresentações aos diversos Conselhos Municipais, e outros meios.

Manter canais abertos que garantam à Sociedade o direito à participação, comprometimento e envolvimento na gestão dos resíduos sólidos do município, à luz da nova legislação federal;

27. Estabelecer conjunto de “indicadores” que possibilitem a mensuração, controle e avaliação dos diversos processos e programas;
28. Estabelecer metas para implantação de locais adequados para o reaproveitamento dos materiais da construção civil de pequeno porte. Os grandes geradores (construtoras) devem ser responsáveis pela destinação final de seus resíduos;
29. Estabelecer implantação de procedimentos de registro e controle do fluxo e entrada de materiais de construção civil nos locais de destinação. Acompanhar seu volume e tipologia e fornecer comprovação da destinação correta que garanta ao gerador isenção de responsabilização futura;
30. Estabelecer metas para a implantação de ecopontos para a recepção de materiais diversos que hoje são abandonados pelos municípios em locais indevidos. Estabelecer meios legais que facilitem um mercado de trocas e/ou destinação social destes materiais;
31. Regulamentar e incentivar a compra de produtos de material reciclado pelo poder público;
32. Organizar, definir responsabilidades e direitos, e fiscalizar todos os atores envolvidos na cadeia de reaproveitamento e reciclagem;

## FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL

### SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ENCAMINHADAS PARA A SVDS REFERENTES AO PMSB – PRODUTO 1: DIAGNÓSTICO

Solicitação enviada em 03/06/13, via internet, pelo Sr. José Furtado – COMDEMA.

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB   | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|--|---|--------------------------|---|
| 01   | Resíduos | Que seja implantado de imediato um canal de comunicação efetivo com a sociedade que assegure os direitos definidos na Lei 12.305/2010, em especial no que diz seu Art. 14º, parágrafo único. | -   | Já<br>Contemplado        | <p>- O canal já foi previamente aberto com os Conselhos, como é o caso do COMDEMA. Após a definição da data da 1ª Audiência Pública, este canal será aberto oficialmente para toda população, através da disponibilização para download do Diagnóstico do PMSB e envio de propostas, sugestões, e críticas;</p> <p>- Estão previstas 2 audiências Públicas (uma para o Diagnóstico do PMSB e outra para aprovar o Relatório Final);</p> <p>- A primeira Audiência está prevista para o final de julho (quando confirmada, será publicada nos principais meios de comunicação);</p> <p>- O COMDEMA em especial, assim como a ARES, já foram informados sobre a elaboração do PMSB, e convidados a encaminharem suas contribuições, através do ofício nº 157 e 158/2013 – recebido no dia 18/03/2013.</p> |
| 02   | Resíduos | Previsão no Plano da Educação para a Sustentabilidade.   | <p>6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:</p> <p><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem;</p> | Já<br>Contemplado        | <p>A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental.</p>  |



| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|--|---|--------------------------|---|
| 03   | Resíduos | Estabelecer metas quantitativas/temporais para cada uma das ações previstas no documento, tomando como referência os números de um determinado ano referência;   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 4    | Resíduos | Estabelecer as metas para períodos consecutivos de não mais que 05 anos;   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 05   | Resíduos | Estabelecer meta de curto prazo para implantação de um nova área para destinação final dos resíduos, que substitua o aterro Delta A, já esgotado   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 06   | Resíduos | Determinar metas para o estabelecimento de Acordos Setoriais e/ou Termos de Compromisso com grandes geradores de resíduos, que defina as respectivas responsabilidades de cada agente;   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 07   | Resíduos | Ressaltar que a administração municipal tem como responsabilidade o manejo direto dos resíduos domiciliares e provenientes da limpeza urbana. Se por acordo setorial, termo de compromisso ou mesmo liberalidade, o município encarregar-se de atividades que não lhe são pertinentes, elas deverão ser devidamente remuneradas. | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Programas, Projetos e Ações) |
| 08   | Resíduos | Ressaltar o entendimento do caráter não excludente dos processos de tratamento e metodologias de disposição final que podem ser compostos por diversos processos distintos e serem adotados isoladamente ou de forma combinada.  | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 09   | Resíduos | Definir fontes de financiamento, parcerias, subsídios, multas, entre outras possíveis formas de dar suporte financeiro às ações demandadas no PMGIRS;  | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |
| 10   | Resíduos | Estabelecer metas de aparelhamento do Município para que esteja preparado para garantir o cumprimento da Lei através de mecanismos de controle e fiscalização.   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)                 |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|--|--|--------------------------|---|
| 11   | Resíduos | Estabelecer que o Orçamento Municipal defina fontes financeiras para o desenvolvimento e implantação de uma Política Municipal Integrada de Resíduos Sólidos, assim como prever fomento em fundos federais, estaduais e municipais para sua execução e fortalecimento;           | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)   |
| 12   | Resíduos | Definir metas e meios que garantam o processo contínuo de educação ambiental e disseminação das informações para todos os cidadãos, envolvendo transversalmente os demais órgãos da administração envolvidos com o tema, como: Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Renda, | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já<br>Contemplado        | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 13   | Resíduos | Estabelecer ações de sensibilização da população quanto à pirâmide invertida: redução do consumo, reúso, reciclagem, tratamento, disposição em aterro;   | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já<br>Contemplado        | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 14   | Resíduos | Criar instrumentos que viabilizem a correta segregação do material na fonte geradora através da ampla divulgação de programas, do estabelecimento de incentivos fiscais e multas, e da sensibilização e conscientização da população;  | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem. | Já<br>Contemplado        | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|--|--|--------------------------|---|
| 15   | Resíduos | Priorizar a operacionalização dos resíduos de forma descentralizada, regionalizada, possibilitando a infraestrutura necessária para a inclusão social e consolidação da atividade econômica;   | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já<br>Contemplado        | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 16   | Resíduos | Valorizar iniciativas locais, regionais, mesmo que isoladas, que induzam a participação dos munícipes na destinação de seus resíduos;  | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já<br>Contemplado        | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 17   | Resíduos | Estabelecer metas para implantação de coleta seletiva em todo o território do Município, para que sejam coletados e destinados conforme definido na PNRS, com garantia de serviço regular, contínuo e universal;   | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)   |
| 18   | Resíduos | Propor introdução na legislação municipal do princípio do poluidor-pagador, e da responsabilidade compartilhada, com base nos quais seriam:<br>• Definidos os volumes de rejeitos acima dos quais o gerador paga ao Município pela coleta ou contrata empresa especializada que o faça. Esta receita seria destinada a um fundo integralmente destinado à gestão e às ações propostas no PMGIRS;<br>• Criada a Taxa de Deposição de material no aterro sanitário, como forma de induzir a redução do consumo e volume de material descartado | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)   |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|---|---|--------------------------|---|
| 19   | Resíduos | Viabilizar meios de transferência de recursos dos poluidores pagadores para os "protetores recebedores" na forma de prestação de serviços de natureza social, ambiental ou econômica.   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 20   | Resíduos | Estabelecer metas para a implantação e aprimoramento da logística reversa das cadeias já definidas no Plano Nac. de Res. Sólidos, deixando claro o papel do Poder Municipal, qual seja o de induzir e facilitar a formação da cadeia local, desonerando-o de qualquer responsabilidade pela coleta, transporte ou disposição final destes produtos. | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 21   | Resíduos | Definir metas para a participação efetiva das empresas grande geradoras de embalagens em material reciclável, nas ações de apoio à cadeia da reciclagem (apoio às cooperativas).  | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 22   | Resíduos | Estabelecer metas de apoio à criação e incubação de cooperativas de recicladores. Garantir assessoria técnica e gerencial duradoura. Promover e favorecer o associativismo e cooperativismo, bem como ter por objetivo a participação direta e competitiva destas no mercado formal da cadeia de reciclagem.  | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA  |
|------|----------|--|--|--------------------------|--|
| 23   | Resíduos | Definir como meta de curto prazo o banimento da destinação de resíduos orgânicos de poda e grama para aterros (hoje a coleta de lixo comum retira sacos contendo grama que vão para o aterro); | <p><b>6.4.7 Compostagem:</b> Estes materiais sofriam compostagem na área do aterro Sanitário Delta A, cuja operação foi interrompida por razões operacionais, mas que deverá ser retomada ainda durante o ano de 2013, através das seguintes etapas de trabalho:</p> <p>1) Pesagem, descarga e segregação primária que tem por objetivo retirar os materiais inertes prejudiciais aos processos biológicos de decomposição do material orgânico;</p> <p>2) Trituração de galhos que propicia a redução do volume;</p> <p>3) Formação de pilhas de homogeneização que permite a mistura em pilhas equalizando a relação carbono X nitrogênio e aumentando o contato entre as partículas, preparando-as para iniciar o processo de compostagem;</p> <p>4) Formação de leiras aeróbias que são formadas assim que o material atinge condições homogêneas satisfatórias. Essas leiras são dispostas com altura de aproximadamente 2 metros e comprimento máximo de 20 metros. Ainda nesta fase, é realizada a segregação secundária de impurezas que são removidas;</p> <p>5) Peneiramento que tem o objetivo de remover as partículas mais grosseiras que poderiam atrapalhar o manejo do composto no momento de sua aplicação. Ocorre assim que os resíduos se encontrem totalmente estabilizados.</p> <p>O composto gerado, após processo de cura, estabilização e humificação, será distribuído para paisagismo, junto ao DPJ e a demais municípios.</p> | Já Contemplado           | Serão contempladas outras metas nas etapas posteriores (Prognóstico) |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|---|--|--------------------------|---|
| 24   | Resíduos | Estabelecer metas para o tratamento por compostagem do material resultante de poda e seu uso como adubo, ou no aproveitamento energético via digestão anaeróbia. Implantar programa que garanta o reaproveitamento da madeira de poda;  | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico)   |
| 25   | Resíduos | Estabelecer metas para a redução do volume de resíduos orgânicos destinados a aterro, atingindo o total banimento em 20 anos. Implantar política de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos orgânicos;   | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já Contemplado           | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 26   | Resíduos | Implantar a separação residencial em três tipos de resíduos: recicláveis (secos), orgânicos (úmidos) e rejeitos. Incentivar e instruir a população quanto à tipologia e separação entre orgânicos e rejeitos, que possibilite a total recuperação dos orgânicos e apenas destine ao aterro os rejeitos; | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já Contemplado           | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 27   | Resíduos | Estabelecer metas para implantação de programas de incentivo ao reaproveitamento e reciclagem local da matéria orgânica através da fabricação de geleias, doces, uso de minhocários, composteiras, biodigestores, entre outros processos que reduzam a destinação de orgânicos para o aterro;           | 6.6 CONCLUSÕES ..... o sistema apresenta deficiências, descritas a seguir:<br><b>1) Controle na Fonte de Resíduos Sólidos:</b> não existe, atualmente, um programa eficiente e eficaz de educação ambiental, visando a não geração, a redução e a reutilização dos resíduos sólidos, através do incentivo ao consumo sustentável, reaproveitamento e à reciclagem; | Já Contemplado           | A falta da Educação para a Sustentabilidade já foi diagnosticado. O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|---|--|--------------------------|---|
| 28   | Resíduos | Definir meios para a publicidade e transparência de toda a gestão da cadeia de resíduos sólidos, de forma a garantir a geração de dados, estudos e informações relevantes e confiáveis, que estejam facilitadas ao acesso público em linguagem acessível aos diferentes segmentos.<br>Estabelecer metas para a apresentação periódica destes dados em audiências públicas, apresentações aos diversos Conselhos Municipais, e outros meios.<br>Manter canais abertos que garantam à Sociedade o direito à participação, comprometimento e envolvimento na gestão dos resíduos sólidos do município, à luz da nova legislação federal; | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 29   | Resíduos | Estabelecer conjunto de “indicadores” que possibilitem a mensuração, controle e avaliação dos diversos processos e programas;   | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 30   | Resíduos | Estabelecer metas para implantação de locais adequados para o reaproveitamento dos materiais da construção civil de pequeno porte. Os grandes geradores (construtoras) devem ser responsáveis pela destinação final de seus resíduos;   | -  | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |

| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB   | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA |
|------|----------|--|---|--------------------------|---------------|
| 31   | Resíduos | Estabelecer implantação de procedimentos de registro e controle do fluxo e entrada de materiais de construção civil nos locais de destinação. Acompanhar seu volume e tipologia e fornecer comprovação da destinação correta que garanta ao gerador isenção de responsabilização futura; | <b>6.4.3 Unidade Recicladora de Materiais – URM</b><br>Por esta razão, a partir de 2013 a municipalidade passou a implantar no local uma nova forma de gerenciamento, com as seguintes etapas de trabalho que encontram-se, algumas já concluídas, e outras em desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastramento dos transportadores e usuários do sistema;</li> <li>• Controle de recebimento dos resíduos (somente usuários cadastrados e trazendo manifestos de carga, pesagem e inspeções dos resíduos – somente serão aceitos resíduos classe A definidos pela Resolução CONMA 307/2002);</li> <li>• Adequação e regularização de um aterro de inertes no local;</li> <li>• Implantação de sistema de cobrança pelo uso dos serviços.</li> </ul>   | Já Contemplado           | -             |
| 32   | Resíduos | Estabelecer metas para a implantação de Ecopontos para a recepção de materiais diversos que hoje são abandonados pelos munícipes em locais indevidos. Estabelecer meios legais que facilitem um mercado de trocas e/ou destinação social destes materiais;                               | <b>6.4.2 Locais de Entrega Voluntária – LEVs</b><br>A implantação dos ECOPONTOS e dos PONTOS VERDES foi uma iniciativa criada pela necessidade de minimizar os impactos negativos de lançamento de resíduos em locais públicos. Foram concebidos Locais de Entrega Voluntária - LEVs, distribuídos em todas as regiões da cidade e que recebem não somente materiais recicláveis, mas também resíduos da construção civil (entulho, madeiras), resíduos especiais (lixo eletrônico, pilhas, lâmpadas, baterias, óleo comestível usado, pneus), massa verde proveniente de podas e objetos inservíveis, como sofás, armários, móveis, etc., de pequenos geradores. Paralelamente, os locais de entrega voluntária servem para conscientizar a população sobre a continuidade da responsabilidade sobre o resíduo gerado. O gerador responsável tem, a partir destes ECOPONTOS e dos PONTOS VERDES, mais um instrumento para exercitar sua cidadania. | Já Contemplado           | -             |



| ITEM | ÁREA     | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------|--|---|--------------------------|---|
| 33   | Resíduos | Regulamentar e incentivar a compra de produtos de material reciclado pelo poder público;   | -   | Não                      | Serão contemplados nas etapas posteriores (Prognóstico) |
| 34   | Resíduos | Organizar, definir responsabilidades e direitos, e fiscalizar todos os atores envolvidos na cadeia de reaproveitamento e reciclagem. | -   | Não                      | Não são pertinentes nesta etapa                         |

**Área:** refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

**Reivindicação:** solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

**Texto de Referência:** Trecho do diagnóstico do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

**Aceite:** Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no Diagnóstico;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no Diagnóstico do PMSB.

**Justificativa:** Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.

4

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |  |      |       |
|---|--|------|-------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO  | NOME | CARGO |
|   | E-MAIL   |      |       |
| QUESTIONAMENTOS   | <p>COMO ESTÁ SENDO ENCAMINHADO O RESULTADO DE<br/>NOVA REVISÃO DA COORDENADORIA DO ABASTECIMENTO DE<br/>ÁGUA E SANEAMENTO?</p> |      |       |

2

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |  |      |       |
|---|--|------|-------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO  | NOME | CARGO |
|   |  |      |       |
| QUESTIONAMENTOS   | <p>Ainda há áreas contaminadas (não posto de gasolina)<br/>não identificadas. Como é possível dar o diagnóstico<br/>como encerrado com esta falta?</p> |      |       |

2

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |   |      |          |
|---|---|------|----------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME | CARGO    |
|   |   |      | TELEFONE |
| QUESTIONAMENTOS   | <p>1) Como fica o controle da poluição difusa nas águas pluviais? Não se mexe.<br/>2) Insucesso de revisões superiores a 4 anos não seria mais adequada? Deveria ser<br/>considerado a necessidade de revisões parciais e a inclusão de verbas orçamentárias<br/>para essas revisões na lei orçamentária.</p> |      |          |

4

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA                                 |  |                             |
|---|--|-----------------------------|
| DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO |  |                             |
| 30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho                 |  |                             |
| IDENTIFICAÇÃO                                       | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO<br><i>Condema</i>  | NOME<br><i>Jose Fortado</i> |
|   |  | CARGO                       |
| QUESTIONAMENTOS                                     | <p>Será dada oportunidade de participação de representantes da Sociedade Civil ao Grupo de Trabalho do Diagnóstico? Ou será feito a portas fechadas? fechadas?</p> |                             |

5

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA                                 |  |                                       |
|---|--|---------------------------------------|
| DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO |  |                                       |
| 30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho                 |  |                                       |
| IDENTIFICAÇÃO                                       | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO  | NOME<br><i>Augusto César Gandolfi</i> |
|   |  | CARGO                                 |
| QUESTIONAMENTOS                                     | <p>Embora não faça parte do diagnóstico, a sugestão do Tribunal de Contas do Estado de licitar por período de 20(vinte) anos. Isto se confirma? Caso, sim, foi contestado?</p> <p><i>Obrigado.</i></p> |                                       |

6

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA                                 |   |                                       |
|---|---|---------------------------------------|
| DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO |   |                                       |
| 30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho                 |   |                                       |
| IDENTIFICAÇÃO                                       | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO<br><i>Procuradoria Pública -</i>  | NOME<br><i>Rodrigo Samam Sáez</i>     |
|   |   | CARGO<br><i>Procurador de Justiça</i> |
|   |   | TELEFONE                              |
| QUESTIONAMENTOS                                     | <p>① Como será realizada a educação ambiental para co-participação da população? Como será nesse sentido, envolvendo a população desde a adequadamente as residências?</p> <p><u>Obs: Não há divulgação adequada dos locais de Ecopontos.</u></p> |                                       |

7

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |   |                        |         |
|---|---|------------------------|---------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME                   | CARGO   |
|   | Ass. Cooperativas Cas   | Sidney Roberto Marcell | Diretor |
| QUESTIONAMENTOS   | 1. A coleta dos R.S. nos próprios públicos são separados em recicláveis e não recicláveis? Há esse tipo de educação ambiental? Os recicláveis são destinados às cooperativas? Se não, porquê? |                        |         |
|   |   |                        |         |

8

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |  |                        |         |
|---|--|------------------------|---------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO  | NOME                   | CARGO   |
|   | Ass. Cooperativas Cas  | Sidney Roberto Marcell | Diretor |
| QUESTIONAMENTOS   | 1. Estão previstas só 2 audiências? Esta é a final após o diagnóstico? Não há interesse em se fazer uma reunião de acompanhamento do trabalho? |                        |         |
|   | 2. (comentário) Está-se desmeturcando a APA e o qualquer o verde com a região subeste...   |                        |         |

9

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |   |        |          |
|---|---|--------|----------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME   | CARGO    |
|   | E-MAIL  | Filipe | TELEFONE |
| QUESTIONAMENTOS   | Existe uma tese de contornos defendida no Instituto de Química da UNICAMP, que aponta a presença de hormônios femininos (em quantidades excessivamente maiores que o recomendado) bem como outros substâncias na água em diversos pontos do município. 83% do esgoto é tratado, mas qual a eficiência deste tratamento? Quem controla a veracidade destes dados? Por que este fator (eficiência) não consta no diagnóstico? |        |          |

### Verso

tâncias na água em diversos pontos do município. 83% do esgoto é tratado, mas qual a eficiência deste tratamento? Quem controla a veracidade destes dados? Por que este fator (eficiência) não consta no diagnóstico?

(09)

10

110 *urbanização...* **EDUCAÇÃO** **NÃO** **PUNIÇÃO**

**LIMPEZA URBANA**  
**RESID. DA CONST. CIVIL**

**I AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**  
30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

**RESÍDUOS SÓLIDOS**

|                 |   |                          |               |
|-----------------|---|--------------------------|---------------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME                     | CARGO         |
|                 | <i>cidade comum</i>   | <i>Luis Antonio Iaia</i> | <i>nenhum</i> |
| QUESTIONAMENTOS | <p><i>Como punir os desobedientes que jogam detritos em geral e entulhos de construção civil pelas esquinas da cidade. Os entulhos referem-se a porções menor que o volume de 1/2 caçamba, descartados por "diaristas e populações". Como vamos multar os infratores (50% até 500 reais)?</i></p> |                          |               |

11

**I AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**  
30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|                 |  |                      |          |
|-----------------|--|----------------------|----------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO  | NOME                 | CARGO    |
|                 | E-MAIL   | <i>ARI FERNANDES</i> | TELEFONE |
| QUESTIONAMENTOS | <p><i>Porque estão previstos duas ETEs - Bananal e Monte Belo - em áreas próximas e de baixa densidade urbana?</i></p> |                      |          |

12

**I AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**  
30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|                 |   |                               |                   |
|-----------------|---|-------------------------------|-------------------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME                          | CARGO             |
|                 | <i>ABESSP-Combustíveis</i>  | <i>Emília Wanda Rutkowski</i> | <i>Presidente</i> |
| QUESTIONAMENTOS | <p><i>Qual o papel das 13 cooperativas de catadores de materiais recicláveis no manejo dos resíduos sólidos em Campinas? Porque elas não foram mencionadas no presente diagnóstico?</i></p> |                               |                   |

13

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |   |                            |                             |
|---|---|----------------------------|-----------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO<br>SMTR   | NOME<br>Alexandre A. Lemos | CARGO<br>Téc. Econ. Saneam. |
|   |   |                            |                             |
| QUESTIONAMENTOS   | Porque não se fala como meta proposição da ampliação da coleta seletiva p/ os próximos 20 anos através das cooperativas onde entra a seletiva? com a participação das cooperativas? Já que nos mais de 20 anos de tx de lixo. |                            |                             |
|   |   |                            |                             |

## Verso

nenhum recurso dessa tx  
mas foi destinada as cooperativas  
existente que destinam + 450 t/mês  
do resíduo urbano.

(13)

14

| I AUDIÊNCIA PÚBLICA<br>DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO<br>30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho |  |                                   |          |
|---|--|-----------------------------------|----------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO<br>ASSOCIAÇÃO RENASCER   | NOME<br>Reginaldo Miranda Almeida | CARGO    |
|   | E-MAIL   |                                   | TELEFONE |
| QUESTIONAMENTOS   | PARA MELHORAR AS 14 cooperativas precisamos de infraestrutura (plpões, equipamentos), uma conscientização da população e do poder público. Temos que ser contra a Lei 11.445/07 com dispensa de licitação. Tudo deve ser planejado pra agir e funcionar junto com os cidadãos, porque com certeza faz a diferença. |                                   |          |
|   |  |                                   |          |

## Verso

ACEITE ou NÃO. Assim a situação e os dados VÃO mudar!

(14)

15

I AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
30/07/2013 – 18h30 – Salão Vermelho

|                 |   |                    |            |
|-----------------|---|--------------------|------------|
| IDENTIFICAÇÃO   | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | NOME               | CARGO      |
|                 | ABES SP Campinas  | Emília M. B. B. B. | Presidente |
|                 |   |                    | TELEFONE   |
| QUESTIONAMENTOS | Só o "asseto" de Resíduos Sólidos" não foi apresentado de |                    |            |
|                 | plano mais detalhado, por considerar esta situação ou     |                    |            |
|                 | entrevista para avaliação do saneamento no território     |                    |            |
|                 | campesino   |                    |            |

**FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL**  
**SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS**  
**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 30/07/2013 - PRODUTO 1: DIAGNÓSTICO**  
**INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ESCRITAS MANIFESTADAS NA AUDIÊNCIA**

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | ÁREA           | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO - PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA   |
|------|----------------------|----------------|---|--|--------------------------|--|
| 01   | Sr. Hugo Telles      | ÁGUA<br>SANASA | Como anda o encaminhamento do assunto de renovação da outorga do abastecimento do Sistema Cantareira?                                       | -  | Não                      | Foram feitas discussões públicas num seminário em Águas de São Pedro e o Governador Alckmin anunciou verbas para a construção de dois reservatórios, sendo o mais importante pra Campinas e outro em Pedreira e que no dia 7 de Agosto houve uma reunião em Brasília com a ANA, que definiu o calendário de discussões.  |
| 02   | Sr. José Furtado     | COORD.<br>SVDS | Ainda há áreas contaminadas (exceto postos de gasolina) não identificadas. Como é possível dar o diagnóstico como encerrado com esta falta? | <b>1.9 ÁREAS CONTAMINADAS (pág. 23/24).....</b> Em Campinas são 42 áreas contaminadas, 51 contaminadas sob investigação, 23 em processo de monitoramento para reabilitação e 5 reabilitadas, totalizando 121 casos (CETESB, 2012). | Já<br>Contemplado        | O plano é dinâmico, ou seja, este item deverá ser atualizado anualmente. A constatação e o cadastramento das áreas contaminadas compete à CETESB, que publica relatório anual sobre o tema e também gerencia as ações de remediação das mesmas. Há uma vontade de se antecipar, produzindo um levantamento das áreas potencialmente contaminadas e ser mais pró-ativo, bem como adotar medidas de prevenção mais eficazes. |



| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE       | ÁREA             | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA   |
|------|----------------------------|------------------|---|--|--|--|
| 03   | Dr. Rodrigo Sanches Garcia | DRENAGEM SEINFRA | Como fica o controle da poluição difusa nas águas pluviais? Não há menção.  | -  | Sim  | Nessa fase de diagnóstico, podemos apenas deixar registrado que a PMC não tem um Programa de Controle de Poluição Difusa e acreditamos que só teremos condições técnicas de pensar nesse programa após o equacionamento do monitoramento hidrológico. Além disso, para as bacias urbanas, isso se torna extremamente difícil, tendo em vista as características hidráulicas dos cursos d'água urbanos. No entanto, reforçamos que de forma indireta, estaremos contribuindo nesse contexto, através do controle de erosões e assoreamentos, da correta disposição dos resíduos da construção civil e da pavimentação de vias no município. |
| 04   | Dr. Rodrigo Sanches Garcia | COORD. SVDS      | 2) Inserção de revisões inferior a 4 anos não seria mais adequada? Deveria ser considerada a necessidade de correções pontuais e a inserção de verba orçamentária para essas correções na lei orçamentária. | -  | Não<br>(As revisões serão discutidas no Relatório Final do PMSB e, posteriormente, no Projeto de Lei, que aprovará as formas e frequência das mesmas). | Considerando a Lei Federal nº 11.445/07, artigo 19, parágrafo 4º, as revisões devem ser realizadas, no máximo, a cada 04 anos. Porém, existe uma proposta de indicadores de desempenho e monitoramento periódico das ações do PMSB. Portanto, a constatação de alterações significativas nestes indicadores poderão provocar (adiantar) as revisões.   |
| 05   | Sr. José Furtado           | COORD. SVDS      | Será dada oportunidade de participação de representantes da sociedade civil ao Grupo de Trabalho do prognóstico. Ou se será feito a portas fechadas?  | -  | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico)   | O Grupo de Trabalho do PMSB (Portaria nº 80084/2013) está desde sua criação, aberto às contribuições da sociedade civil, bastando a manifestação da mesma. Porém, estão agendadas reuniões técnicas do referido GT, das quais só serão permitidas a participação dos representantes das Pastas, contidas na mencionada Portaria, para elaboração de uma proposta técnica para a discussão junto com a comunidade.  |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE          | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|-------------------------------|---------------------|---|--|--|---|
| 06   | Sr. Augusto César<br>Gandolf  | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Embora não faça parte do diagnóstico, é sugestão do Tribunal de Contas do Estado de licitar por período de 20 anos. Isto se confirma? Caso sim, foi contestado? | -  | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico)   | Foi esclarecido que a modelagem da PPP que tratará das questões dos resíduos sólidos em Campinas encontra-se em fase de discussão, de forma que a questão levantada será abordada e encaminhada.  |
| 07   | Dr. Rodrigo<br>Sanches Garcia | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Como será realizada a educação ambiental para coparticipação da população?  | -  | Não<br>(A reivindicação será contemplada nas etapas posteriores) | O Produto 3 refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Portanto, estas metodologias estarão detalhadas nos Programas de Educação Ambiental presentes no Produto 3. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental.  |
| 08   | Dr. Rodrigo<br>Sanches Garcia | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Como será nesse sentido ensinado à população dispor adequadamente os resíduos? OBS: não há a divulgação adequada dos locais dos Ecopontos?                      | Itens 6.3.2-6.3.5-6.3.7-6.3.8-<br>6.4.1-6.4.2          | Já<br>Contemplado  | O Produto 3 refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Portanto, estas metodologias estarão detalhadas nos Programas de Educação Ambiental presentes no Produto 3. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. A divulgação da localização dos Ecopontos em particular, está acessível na página institucional da PMC e poderá ser otimizada. |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE       | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|----------------------------|---------------------|---|--|--|---|
| 09   | Sr. Sidney Roberto Morelli | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | A coleta dos resíduos sólidos nos órgãos públicos é separada em recicláveis e não recicláveis? Há esse tipo de educação ambiental? Os recicláveis são destinados as cooperativas? Se não por quê? | Item 6.3.2   | Não<br>(A reivindicação será contemplada nas etapas posteriores) | Conforme já mencionado acima, as questões de otimização dos serviços de coleta seletiva e reciclagem de RSU em Campinas, serão objeto das próximas fases do trabalho.   |
| 10   | Sr. Sidney Roberto Morelli | COORD.<br>SVDS      | Estão previstas só duas audiências? Esta é a final após o prognóstico. Não há interesse em se fazer uma prévia do andamento dos trabalhos?  | -  | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico).  | Pretende-se divulgar o Produto 2- Prognóstico assim que o mesmo for concluído, permitindo que a sociedade tenha mais tempo para se posicionar. Os canais de comunicação entre a comunidade e o Grupo de Trabalho do PMSB permanecem abertos, independente das audiências. |
| 11   | Sr. Sidney Roberto Morelli | COORD.<br>SVDS      | <b>Comentário:</b> está desmatando-se a APA e equalizando o verde com a região sudeste.   | -  | -  | Quanto à APA, o trabalho da SVDS é de ampliar as áreas verdes do município e que o Plano Municipal de Saneamento Básico é mais uma ferramenta para permitir isso, diminuindo as desigualdades no sentido de nivelar pela qualificação, e não o contrário.                 |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE     | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO  | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|--------------------------|---------------------|---|--|---|---|
| 12   | Sr. Filipe               | ESGOTO<br>SANASA    | Existe uma tese de doutorado defendida no Instituto de Química da UNICAMP que aponta a presença de hormônios femininos em quantidade exacerbadamente maior que o recomendado, bem como outras substâncias na água em diversos pontos do município. 88% do esgoto é tratado, mas qual a eficiência deste tratamento? Quem controla a veracidade destes dados? Por que este fator eficiência não consta do diagnóstico? | -  | Não   | <p>O problema dos hormônios é de ordem mundial. Representantes da SANASA estiveram recentemente na Holanda, onde foram informados que lá há a mesma preocupação. A SANASA está preocupada com a situação e em parceria com a UNICAMP está fazendo a utilização de ozônio para a desinfecção da água. Se os estudos tiverem êxito a SANASA será pioneira em utilizar esse sistema no Brasil. No entanto, trata-se de composto ainda não legislado nem no Brasil, nem no exterior, portanto sem dados científicos para afirmar “em quantidades exacerbadamente maior que o recomendado”. O projeto piloto baseado no tratamento por ozônio como desinfetante primário esta sendo desenvolvido nas instalações das ETAs 3 e 4 em parceria com o Instituto de Química e Faculdade de Engenharia Civil ambas da UNICAMP</p> <p>A eficiência do tratamento da água é controlado pela CETESB, uma vez por mês. Quem controla e monitora a qualidade da água distribuída para a cidade de Campinas é a Secretaria de Estado da Saúde através da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa – Centro de Vigilância Sanitária, cumprindo a Resolução Estadual SS 65 de abril de 2005, para o atendimento da Portaria nº 2914 de 12 de Dezembro de 2011. Com relação à eficiência de tratamento das ETEs em operação, salienta-se que todas as unidades possuem monitoramento constante fiscalizado periodicamente pela CETESB e atendem em sua totalidade a legislação que padroniza o lançamento de efluentes em corpos d’água (art.18 do Decreto Estadual nº 8468 de 1976).</p> |
| 13   | Sr. Luis Antônio<br>laia | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Como punir os desobedientes que jogam dejetos em geral e entulhos da construção civil pelas esquinas da cidade. Os entulhos referem-se a porções menores que o volume de meia caçamba descartados por diaristas e população. Como vamos multar os infratores sendo que 50% ou mais são pobres?  | Item 6.3.4   | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico). | <p>Foi esclarecido que há um Decreto que regulamenta a Lei Municipal 14418/2012, em fase final de tramitação na Prefeitura, que contempla a punição para os infratores.</p> <p>Além disso, o gerador do RCC deve ser obrigado a dar o destino correto e ao aprovar um empreendimento na Prefeitura deve apresentar apontar esse local de descarte. Foi ressaltado também que a questão do pequeno gerador de RCC é problemática e que Campinas tem 9 Ecopontos para esta finalidade, mas é preciso que sejam aumentados.</p>  |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE        | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO  | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|-----------------------------|---------------------|--|--|---|---|
| 14   | Sr. Ari Fernandes           | ESGOTO<br>SANASA    | Por que estão previstas duas ETES - Bananal e Monte Belo - em áreas próximas e de baixa densidade demográfica?   | -  | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico).   | Ainda serão feitos estudos para ver a real viabilidade da construção das duas estações de tratamento ou se será necessária apenas uma.  |
| 15   | Sra. Emília Wanda Rutkowisk | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Qual o papel das 13 cooperativas de catadores de materiais recicláveis no manejo dos resíduos sólidos de Campinas? Por que elas não foram mencionadas no presente diagnóstico?   | Item 6.3.2   | Não<br>(A reivindicação será contemplada nas etapas posteriores). | Conforme já mencionado acima, as questões da necessária otimização dos serviços de coleta seletiva e reciclagem de RSU em Campinas, serão objeto das próximas fases do trabalho. Esclareceu-se, também, que no PMGIRS publicado em 2012, a abordagem das cooperativas está detalhada. |
| 16   | Sr. Alexandre A. Ceccom     | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Por que não se fala como meta a proposição da ampliação da coleta seletiva para os próximos 20 anos através das cooperativas onde entra a seletiva? Com a participação das cooperativas? Já que nos mais de 20 anos de taxa de lixo nenhum recurso dessa taxa foi destinado às cooperativas existentes que destinam mais de 450 toneladas/mês de resíduos urbanos. | Item 6.3.2   | Não<br>(A reivindicação será contemplada nas etapas posteriores)  | Conforme já mencionado acima, as questões da necessária otimização dos serviços de coleta seletiva e reciclagem de RSU em Campinas, serão objeto das próximas fases do trabalho.  |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE             | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO   | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB  | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|----------------------------------|---------------------|---|---|--|---|
| 17   | Sr. Reginaldo<br>Miranda Almeida | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Para melhorar as 14 cooperativas precisamos de infraestrutura (galpões, equipamentos), uma conscientização da população e do Poder Público. Temos que ser contratados (Lei 11.445/07) com dispensa de licitação. Tudo deve ser planejado para agir e funcionar junto com os catadores, porque com certeza faz a diferença aceite ou não. Assim a situação e os dados vão mudar! | Item 6.3.2  | Não<br>(A reivindicação será contemplada nas etapas posteriores) | Conforme já mencionado acima, as questões da necessária otimização dos serviços de coleta seletiva e reciclagem de RSU em Campinas, serão objeto das próximas fases do trabalho.  |
| 18   | Sra. Emília Wanda<br>Rutkowisk   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Só o “manejo de resíduos sólidos” não foi apresentado de forma geoespacializada, não consideraram esta situação um entrave para avaliação do saneamento no território campineiro?   | <b>O Mapa 19</b> , do Anexo do Diagnóstico do PMSB – Campinas, apresenta os Pontos de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, que englobam: as cooperativas de materiais recicláveis; os Locais de Entrega Voluntária; e o Complexo Delta (Aterro). | Já<br>Contemplado  | Foi esclarecido que o diagnóstico apresentado foi apresentado tendo como base as informações disponíveis nas secretarias e departamentos. Trata-se de um processo dinâmico, na busca de melhorias contínuas, ou seja, as reivindicações serão consideradas. |

**Área:** refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação - SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

**Reivindicação:** solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

**Texto de Referência:** Trecho do diagnóstico do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

**Aceite:** Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no Diagnóstico;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no Diagnóstico do PMSB.

**Justificativa:** Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.

**FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL**  
**SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS**  
**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 30/07/2013 - PRODUTO 1: DIAGNÓSTICO**  
**INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ORAIS MANIFESTADAS NA AUDIÊNCIA**

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA                | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO                                     | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------------------|---|---------------------|--|--|---|
| 01   | Sr. Sidney Morelli   | O PMSB tem que estar pronto até dezembro. Se o plano de resíduos - PGIRS estará incluído no PMSB e considerando que no ano passado ele (PGIRS) não foi concluído, terá revisão ou ficará do jeito que está? Quando a revisão do plano de resíduos será realizada? | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | -  | Já Contemplado   | O PMGIRS elaborado pela municipalidade foi publicado em agosto/2012, com previsão de revisões anuais.<br>No entanto, com a elaboração do PMSB, consideramos que esta revisão já está sendo executada. Além disso, ressalta-se que a revisão do PMSB em períodos inferiores ao máximo preconizado legalmente é adequada e aceitável, tendo em vista a dinâmica necessária ao processo. |
| 02   | Sr. Sidney Morelli   | Comenta que as escolas são locais de difusão de educação.   | COORD.<br>SVDS      | -  | Não<br>(Será contemplado no P3 –Programas, Projetos e Ações) | O Produto 3, refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico.<br>Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental.  |



| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO  | ÁREA                                      | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO                                     | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------------------|--|---|--|--|---|
| 03   | Dr. Rodrigo Garcia   | Quanto à poluição difusa que vem com as águas das chuvas e são lançadas diretamente nos corpos hídricos. O que fazer para impedir essa contaminação? | DRENAGEM<br>SEINFRA                       |  | Sim  | Nessa fase de diagnóstico, podemos apenas deixar registrado que a PMC não tem um Programa de Controle de Poluição Difusa e acreditamos que só teremos condições técnicas de pensar nesse programa após o equacionamento do monitoramento hidrológico.<br>Além disso, para as bacias urbanas, isso se torna extremamente difícil, tendo em vista as características hidráulicas dos cursos d'água urbanos. No entanto, reforçamos que de forma indireta, estaremos contribuindo nesse contexto, através do controle de erosões e assoreamentos, da correta disposição dos resíduos da construção civil e da pavimentação de vias no município. |
| 04   | Dr. Rodrigo Garcia   | Quanto a educação ambiental, como os adultos serão educados para cumprirem as normas para disposição do lixo corretamente?                           | COORD.<br>SVDS<br><br>RESÍDUOS<br>SSP/DLU | -  | Não<br>(Será contemplado no P3 –Programas, Projetos e Ações) | O Produto 3 refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico.<br>Portanto, estas metodologias estarão detalhadas nos Programas de Educação Ambiental presentes no Produto 3.<br>Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental.  |
| 05   | Dr. Rodrigo Garcia   | Comentou sobre a divulgação dos ecopontos e a dificuldade de localizá-los no site da Prefeitura.   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU                       | Itens 6.3.2-6.3.5-6.3.7-6.3.8-<br>6.4.1-6.4.2          | Já Contemplado   | A divulgação da localização dos ecopontos está disponível ao acesso do público geral, na página institucional da PMC e poderá ser otimizada.  |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA                | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------------------|---|---------------------|--|--|---|
| 06   | Dr. Rodrigo Garcia   | A composição gravimétrica está adequada às localizações das cooperativas?   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | -  | Não  | A definição de localização das Cooperativas dentro do município de Campinas não obedeceu estes critérios por se tratar de um processo dinâmico.<br>No entanto, estas identificações poderão ser levantadas na medida da evolução e revisões do PMSB, para a adoção das medidas corretivas pertinentes.  |
| 07   | Sr. Ari Fernandes    | Criticou a falta de espacialização do Plano Diretor da Cidade, já que não consta no referido Plano, as linhas de expansão/tendências de crescimento, aumento de densidade, etc.   | COORD.<br>SVDS      | -  | Não<br>(Será contemplado no P2 – Prognóstico, no item de Estudo Populacional). | Quanto as contribuições ao Plano Diretor de Campinas – PDC, as mesmas serão bem vindas na revisão do referido Plano, que ocorrerá em 2016.  |
| 08   | Sr Ari Fernandes     | Pediu um compromisso referente ao georreferenciamento das nascentes como condição para o plano de drenagem.<br>Questionou a elaboração do plano, sem o cadastramento das nascentes e a falta de hierarquização dos corpos d'água. | COORD.<br>SVDS      | -  | Não<br>(Será contemplado nas revisões do PMSB).                                | Em 2012, a Secretaria do Verde concluiu um projeto das nascentes do alto Cabras, intitulado “APA de Campinas: Situação dos recursos hídricos da Bacia do Ribeirão das Cabras: identificação, caracterização e georeferenciamento dos açudes, poços, represas e da nascentes da sub-bacia do Alto Ribeirão das Cabras”, financiado com recursos do FEHIDRO.<br>Pretendemos estender essa ação prioritariamente para as bacias hidrográficas da APA e depois difundir-las para outras do município. O referido projeto pode ser consultado através do link.<br><br><a href="http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/estudos-projetos.php">http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/estudos-projetos.php</a> .<br><br>Além disso, A Secretaria de Planejamento está prevendo um novo voo para elaboração da base cartográfica atualizada. |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA             | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA  |
|------|----------------------|---|------------------|--|--------------------------|--|
| 09   | Sr. Carlos Alexandre | Quanto ao controle de esgoto hospitalar, como é feito?<br>Há controle nas ETEs? | ESGOTO<br>SANASA | -  | Não                      | <p>A SANASA tem rotina de análise das redes coletoras, antes e depois da ETE. Ressaltou que presta um tratamento eficiente de água e tem se preocupado em melhorar a eficiência das ETEs já que seu número foi reduzido de 2001 pra cá.</p> <p>Além disso, afirmou que a SANASA se preocupa com a região metropolitana e não só com a cidade de Campinas, lançando água mais limpa pros municípios a jusante.</p> <p>Complementarmente, todas as estações de tratamento da SANASA possuem um sistema de controle e monitoramento do afluente e do efluente da ETE de modo a verificar a eficiência de remoção de todos os parâmetros previstos em Lei. Inclusive faz o monitoramento dos corpos d'água em pontos a montante e jusante do lançamento das ETEs.</p> <p>Os efluentes lançados em rede, que a SANASA recebe em suas estações, possuem características domésticas ou que se enquadrem no art.19A do decreto estadual 8468 de 1976.</p> <p>Já com relação à autorização e fiscalização, é função da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo verificar se os empreendimentos lançam seus efluentes na rede coletora de esgoto dentro dos padrões exigíveis.</p> <p>Considerando que os hospitais são empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, cabe à CETESB autorizar o lançamento do efluente em rede ou solicitar uma unidade interna de tratamento. No que cabe a SANASA, esta trata todo o efluente que chega às estações de tratamento de esgoto com eficiência e devolve um efluente menos impactante aos corpos d'água.</p> |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO  | ÁREA             | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------------------|--|------------------|--|--------------------------|---|
| 10   | Sr. Carlos Alexandre | Quais são as alternativas locacionais, caso o delta B for indeferido pelo 4º COMAR?  | RESÍDUOS SSP/DLU | -  | Não                      | Foi esclarecido durante a audiência que o IV COMAR tem se manifestado acerca de lixões e aterros sanitários, como focos potenciais de atração de aves, conforme aborda a Portaria 256 referente ao assunto. No tocante a uma usina de reciclagem-compostagem-tratamento de RSU, o IV COMAR informou durante reunião com a PMC que não tem manifestação definida a respeito, fato que será objeto de consulta específica àquele comando aéreo, pois esta deverá ser a concepção prevista para a continuidade de operação do Complexo Delta, em atendimento à PNRS. |
| 11   | Sr. Carlos Alexandre | Solicitou anexar os TACs do Delta A decorrentes do passivo ambiental ao Diagnóstico. | RESÍDUOS SSP/DLU | Itens 6.4.5 e 6.4.6                                    | Já contemplado           | Foi citado que o TAC foi objeto de solicitação de revisão à CETESB, que ainda não se manifestou sobre o assunto.<br>De todo modo, as devidas inserções deverão ser feitas nos respectivos itens citados.  |
| 12   | Sr. Carlos Alexandre | Numa PPP, os inertes serão integrados ou tratados à parte?                           | RESÍDUOS SSP/DLU | -  | Não                      | Foi esclarecido que a modelagem da PPP que tratará das questões dos resíduos sólidos em Campinas encontra-se em fase de discussão e que a questão levantada será abordada e encaminhada.  |
| 13   | Sr. Carlos Alexandre | Quais as deficiências do contrato de resíduos sólidos vigente?                       | RESÍDUOS SSP/DLU | Item 6.6   | Já contemplado           | -   |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA                | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO  | JUSTIFICATIVA  |
|------|----------------------|---|---------------------|--|---|--|
| 14   | Sr. Carlos Alexandre | Sugestão: Em São Paulo se criaram 5 grupos de trabalho (Grupo de Educação Ambiental e Comunicação; Coordenação e Reelaboração do Plano – participação da Sociedade; Coleta Seletiva Solidária; Resíduos de Construção Civil; Grupo de Normativas) para debater a proposta final do diagnóstico. Por que não fazer o mesmo aqui, já que estes grupos garantem o processo participativo da sociedade? | COORD.<br>SVDS      | -  | Não<br>(A reivindicação não se aplica ao texto do Diagnóstico). | A sugestão é muito interessante. Ressalta-se que a SVDS apoia esta iniciativa e concorda que estes grupos de trabalho podem colaborar com a participação social. Porém, os referidos GT devem ser organizados pela sociedade civil e podem ser viabilizados pelos Conselhos Municipais.  |
| 15   | Sra. Graciela        | Moradora da bacia do Anhumas. Comenta sobre a enchente de 2003, e que foram solicitados vários estudos naquela época. Expõe que é necessária uma linguagem didática para a população participar, ressalta as dificuldades em implementar ações nas escolas. No entanto, faltou encaminhar as propostas citadas na Audiência.  | DRENAGEM<br>SEINFRA | -  | Não   | Estamos desenvolvendo um trabalho técnico, sobre o qual justifica-se o uso de uma linguagem técnica. Contudo, estaremos avaliando a possibilidade de elaborar material mais didático para a população. A solicitante não encaminhou as propostas mencionadas na audiência.   |
| 16   | Sr. Gandolf          | Questiona sobre o problema dos efluentes de Viracopos e o descarte de produtos perigosos. Solicita detalhar esse último.  | ESGOTO<br>SANASA    | -  | Não   | Atualmente, o efluente é tratado pelo próprio Aeroporto e foi assinado um protocolo de intenções em que a SANASA poderá assumir o tratamento mediante contrapartida financeira da Empresa Concessionária do Aeroporto. Além disso, foi assinado um protocolo de intenções entre o Aeroporto e a SANASA, destinando as águas de reúso para várias atividades. |

| ITEM | NOME DO MANIFESTANTE | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA                | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO   | JUSTIFICATIVA   |
|------|----------------------|---|---------------------|--|--|---|
| 17   | Sr Gandolf           | Comenta sobre a mistura da coleta seletiva (uso no passado de caminhões inadequados) e que coleta seletiva e educação andam juntas. | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | Item 6.3.2   | Não<br>(Será contemplado no<br>P3 –Programas,<br>Projetos e Ações) | Conforme já mencionado acima, as questões de otimização dos serviços de coleta seletiva e reciclagem de RSU em Campinas, serão objeto das próximas fases do trabalho.   |
| 18   | Sr Gandolf           | Qual o Plano C, caso o aterro delta B não seja aprovado? Seria o ESTRE de Paulinha?   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | -  | Não  | Foi esclarecido que a municipalidade tem como meta a continuidade de operação do Complexo Delta, em conformidade com os requisitos legais da PNRS. Eventuais transbordos e/ou transferências de resíduos para outros locais, na impossibilidade de continuidade de operação do Complexo Delta, deverão obedecer todas as normas e requisitos técnicos, administrativos e legais vigentes, aos quais a administração pública está sujeita. |
| 19   | Sr. Hugo             | Comenta sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e o Programa de Educação Ambiental Municipal, que está em andamento.        | COORD.<br>SVDS      | -  | Não<br>(Será contemplado no<br>P3 –Programas,<br>Projetos e Ações) | O Produto 3 refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Portanto, estas metodologias estarão detalhadas nos Programas de Educação Ambiental presentes no Produto 3. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental.  |

| ITEM | NOME           | REIVINDICAÇÃO   | ÁREA                     | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA   |
|------|----------------|---|--------------------------|--|--------------------------|--|
| 20   | Sr. Tiago Lira | Quais as mecanismos ou medidas de controle para evitar se utilizar os rios como transporte de esgoto para as estações de tratamento de Água?<br>Questionou sobre pontos de rompimento de rede de esgoto (Jd. Vovô) e poluição dos corpos d'águas, bem como sobre a existência dos TACs da SANASA.<br>A SANASA pretende fazer um relatório da situação ambiental (contabilidade ambiental) no diagnóstico? | ESGOTO<br>ÁGUA<br>SANASA | Com referência aos TAC's, consultar página 123.        | Não                      | A SANASA está buscando evitar a contaminação dos recursos hídricos e que a questão do esgoto no Jd. do Vovô deve ser pontual. Ressalta-se que a SANASA realiza os reparos mediante solicitação por meio do nº 08007721195. Rovério disse que existem 280 núcleos residências em APPS e não se pode simplesmente tirar essa população.<br>Todas as obras implantadas da SANASA são licenciadas e quando necessário são estabelecidos TCRAs (Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental), os quais são cumpridos conforme cronograma estabelecido no mesmo. A Gerência de Meio Ambiente se dedica a ações e acompanhamentos das questões Ambientais da SANASA. |

**Área:** refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação - SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

**Reivindicação:** solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

**Texto de Referência:** Trecho do diagnóstico do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

**Aceite:** Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no Diagnóstico;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no Diagnóstico do PMSB.

**Justificativa:** Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assunto: Proposta do Plano Municipal de Saneamento Básico

Objetivo: Descrição e análise crítica dos sistemas e serviços de saneamento básico

Município: Campinas

Em 30 de julho de 2013, nas dependências do salão vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, realizou-se audiência pública para apresentação do diagnóstico necessário a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) a cargo do Grupo Técnico criado pela Portaria nº 80084 de 12 de junho de 2013.

O material foi disponibilizado previamente através do site da Prefeitura Municipal de Campinas. Considerando ser da própria essência da audiência pública que as deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste tem a finalidade de informar a atuação da Administração Pública, contribuir para observância do princípio da eficiência na condução do interesse ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a universalização do acesso aos serviços e infraestruturas de saneamento básico, é a presente para pontuar itens a serem observados na elaboração do PMSB de Campinas.

- a) **Identificação dos pontos para controle da poluição difusa em águas pluviais**, considerando que o artigo 3º, inciso I, alínea 'd' da Lei 11.445/07 considera com parte do saneamento básico a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas assim consideradas como o conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de

*Res*





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

vazões de cheias, **tratamento e disposição final** das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

- b) **Revisão do Plano em prazo inferior ao máximo preconizado pelo art. 19, §4**, considerando que as correções de rumo implicarão em dotações orçamentárias a serem incluídas na lei orçamentária anual. Também deve ser observado que inconsistências ou erros principalmente na área de Gestão de resíduos Sólidos e limpeza urbana geram toneladas de resíduos que podem ser dispostos inadequadamente.
- c) **Educação ambiental da população** (crianças, jovens e adultos) para disposição adequada dos resíduos sólidos domiciliares e pequenas quantidades de Resíduos da Construção Civil.
- d) **Publicidade efetiva para a população conhecer os locais de disposição adequada dos resíduos** que permitem a logística reversa com agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes e pequenas quantidades de Resíduos da Construção Civil. Essa publicidade deveria ser preferencialmente no site da própria Prefeitura em link da 1ª página ou na página da Secretaria do Verde, observando que a deficiência dessa publicidade leva a disposição inadequada.
- e) **Inserção adequada dos catadores na política municipal** considerando os dispositivos legais previstos nos artigos 7º, inciso



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

XII; 8º, inciso IV; 15, inciso V; 17, inciso V; 18, §1º, inciso II; 19, inciso XI; 21, §3º inciso I; 33 §3º inciso III; 36, §1º ; 42, inciso III; 44, inciso II e artigo 50.

- f) Controle da drenagem urbana com o planejamento de arborização urbana adequada. Há estudos que demonstram a importância da copa das árvores na retenção e retardamento do fluxo de água em chuvas. Esse item não foi abordado como auxiliar no controle da drenagem urbana.

São esses os pontos inicialmente identificados no diagnóstico e que precisam ser discutidos para adequação e inserção no PMSB.

Valinhos, 31 de julho de 2013

Assinatura manuscrita de Rodrigo Sanches Garcia.

RODRIGO SANCHES GARCIA

4º Promotor de Justiça

**FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL**  
**SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS**  
**INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ENCAMINHADAS PARA A SVDS**  
**REFERENTES AO PMSB – PRODUTO 1: DIAGNÓSTICO**

Solicitação enviada em 31/07/13, via internet, pelo Dr. Rodrigo Sanches Garcia - 4º Promotor de Justiça.

| ITEM | ÁREA                  | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO  | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA   |
|------|-----------------------|--|--|---|--|
| 01   | DRENAGEM<br>(SEINFRA) | <b>Identificação dos pontos para controle da poluição difusa em águas pluviais</b> , considerando que o artigo 3º, inciso I, alínea 'd' da Lei 11.445/07 considera com parte do saneamento básico a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas assim consideradas como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, <u><b>tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.</b></u> | -  | Sim.<br>Este questionamento será internalizado no Diagnóstico (versão revisada), através da complementação do mesmo.                                  | Nessa fase de diagnóstico, podemos apenas deixar registrado que a PMC não tem um Programa de Controle de Poluição Difusa e acreditamos que só teremos condições técnicas de pensar nesse programa após o equacionamento do monitoramento hidrológico. Além disso, para as bacias urbanas, isso se torna extremamente difícil, tendo em vista as características hidráulicas dos cursos d'água urbanos. No entanto, reforçamos que de forma indireta, estaremos contribuindo nesse contexto, através do controle de erosões e assoreamentos, da correta disposição dos resíduos da construção civil e da pavimentação de vias no município. |
| 02   | COORD.<br>SVDS        | <b>Revisão do Plano em prazo inferior ao máximo preconizado pelo art. 19, §4</b> , considerando que as correções de rumo implicarão em dotações orçamentárias a serem incluídas na lei orçamentária anual. Também deve ser observado que inconsistências ou erros principalmente na área de Gestão de resíduos Sólidos e limpeza urbana geram toneladas de resíduos que podem ser dispostos inadequadamente.   | -  | Não.<br>(As revisões serão discutidas no Relatório Final do PMSB e, posteriormente, no Projeto de Lei que aprovará as formas/frequências das mesmas). | Considerando a Lei Federal nº 11.445/07, artigo 19, parágrafo 4º, as revisões devem ser realizadas, no máximo, a cada 04 anos. Porém, existe uma proposta de indicadores de desempenho e monitoramento periódico das ações do PMSB. Portanto, a constatação de alterações significativas nestes indicadores poderão provocar (adiantar) as revisões.   |

| ITEM | ÁREA                | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO                                     | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA   |
|------|---------------------|--|--|--|--|
| 03   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | <b>Educação ambiental da população</b> (crianças, jovens e adultos) para disposição adequada dos resíduos sólidos domiciliares e pequenas quantidades de Resíduos da Construção Civil.   | -  | NÃO<br>(Será contemplado no P3 –Programas, Projetos e Ações) | O Produto 3 refere-se aos Programas e Ações que deverão ser desenvolvidos para atingir os objetivos que serão elencados no Produto 2 – Prognóstico. Portanto, estas metodologias estarão detalhadas nos Programas de Educação Ambiental presentes no Produto 3. Ressalta-se que atualmente, existe um grupo de trabalho na PMC para elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. |
| 04   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | <b>Publicidade efetiva para a população conhecer os locais de disposição adequada dos resíduos</b> que permitem a logística reversa com agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes e pequenas quantidades de Resíduos da Construção Civil. Essa publicidade deveria ser preferencialmente no site da própria Prefeitura em link da 1ª página ou na página da Secretaria do Verde, observando que a deficiência dessa publicidade leva a disposição inadequada. | Itens 6.3.2-6.3.5-6.3.7-6.3.8-<br>6.4.1-6.4.2          | Já Contemplado   | A divulgação da localização dos ecopontos está disponível ao acesso do público geral, na página institucional da PMC e poderá ser otimizada.   |
| 05   | RESÍDUOS<br>SSP/DLU | <b>Inserção adequada dos catadores na política municipal</b> considerando os dispositivos legais previstos nos artigos 7º, inciso XII; 8º, inciso IV; 15, inciso V; 17, inciso V; 18, §1º, inciso II; 19, inciso XI; 21, §3º inciso I; 33 §3º inciso III; 36, §1º; 42, inciso III; 44, inciso II e artigo 50.  | Item 6.4.1   | NÃO<br>Serão contemplados nas etapas posteriores.            | A modelagem referente à efetiva inserção e otimização da coleta seletiva no município será contemplada através de um programa específico nas etapas posteriores do PMSB, referentes ao Produto 3 de Programas, Projetos e Ações.   |

| ITEM | ÁREA                  | REIVINDICAÇÃO  | TEXTO DE REFERÊNCIA<br>PRODUTO 1 DIAGNÓSTICO -<br>PMSB | ACEITE NO<br>DIAGNÓSTICO  | JUSTIFICATIVA / RESPOSTA  |
|------|-----------------------|--|--|---|---|
| 06   | DRENAGEM<br>(SEINFRA) | Controle da drenagem urbana com o planejamento de arborização urbana adequada. Há estudos que demonstram a importância da copa das árvores na retenção e retardamento do fluxo de água em chuvas. Esse item não foi abordado como auxiliar no controle da drenagem urbana. | -  | NÃO.<br>(Este questionamento será estudado nas etapas posteriores do PMSB – Prognóstico). | Os estudos a que tivemos acesso demonstram a redução do volume precipitado que se transforma em escoamento superficial, porém em áreas de florestas ou cerrado, ou seja, não em meio ambiente urbano.<br>Outro estudo, elaborado com indivíduos arbóreos isolados, demonstrou que as reduções não são tão significativas a ponto de serem apontadas como medida de controle da drenagem urbana, até porque, esse estudo utilizou duas espécies de grande porte que para a arborização urbana, o que não é recomendado.<br>De qualquer forma, o município dispõe de legislação específica que regulamenta a arborização urbana, especificando 100 árvores por Km de passeio. Portanto, estaremos avaliando o assunto na fase de prognóstico. |

**Área:** refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação – SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

**Reivindicação:** solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

**Texto de Referência:** Trecho do diagnóstico do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

**Aceite:** Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no Diagnóstico;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no Diagnóstico do PMSB.

**Justificativa:** Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.

## ***Links para os vídeos da 1ª Audiência Pública***

Os vídeos, referentes à 1ª Audiência Pública para a Discussão do Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico, são de autoria do Movimento Resgate o Cambuí. Os *links* estão dispostos a seguir:

<http://www.youtube.com/watch?v=NBepFLf2OLM>

<http://www.youtube.com/watch?v=8Y7507VltUA>

<http://www.youtube.com/watch?v=NubDFtdk3nM>

[http://www.youtube.com/watch?v=HZ5R9e\\_p53l](http://www.youtube.com/watch?v=HZ5R9e_p53l)

<http://www.youtube.com/watch?v=KIWAfolkZao>

<http://www.youtube.com/watch?v=HU7RimmPdDw>

<http://www.youtube.com/watch?v=ANEXkBKVKCA>

<http://www.youtube.com/watch?v=zhAmbQUgQ5U>

<http://www.youtube.com/watch?v=vgGqCIOR3o8>

<http://www.youtube.com/watch?v=vgGqCIOR3o8>

<http://www.youtube.com/watch?v=XgUpaNMz9IY>

[http://www.youtube.com/watch?v=l-NgBAkv\\_4o](http://www.youtube.com/watch?v=l-NgBAkv_4o)

<http://www.youtube.com/watch?v=4i6e4Afy7oE>

<http://www.youtube.com/watch?v=4i6e4Afy7oE>

<http://www.youtube.com/watch?v=GnGv2yZxRms>